



Processo: 32.367/2021

Objeto: Impugnação ao Edital de Concorrência Pública Nº 005/2023

### FOLHA DE INFORMAÇÃO

1. Foi encaminhada à esta Comissão Permanente de Licitação em 09/08/2023, para análise e parecer, impugnação em face da Concorrência Pública n.º 005/2023, tendo por objeto a elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia, projetos complementares multidisciplinares e engenharia orçamentária, incluindo documentos técnicos, especificações técnicas, planilhas de quantitativos de custos e cronogramas físico-financeiros para reforma, ampliações e/ou, construções, pavimentação e drenagem para atender à Prefeitura Municipal de São Gonçalo através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, formulada pela empresa ENGECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 29.150.998/0001-92, ora denominada Impugnante.
2. Insurge-se a Impugnante contra o instrumento convocatório do certame, apontando críticas ao edital e pleiteando a sua correção.
3. Preliminarmente cumpre-nos analisar se foram atendidos, pelo Impugnante, o que dispõe o parágrafo 2º do artigo 41 da Lei Federal n. 8.666/93 e item n.º 4.7.2 do Edital da Concorrência Pública n.º 005/2023: “4.7.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, como dispõe o artigo 41, §2º da Lei 8.666/1993.”
4. Dessa forma, a Lei Federal n. 8.666/93, no seu parágrafo 2º do artigo 41 estabelece os prazos e quem tem legitimidade para impugnar o Edital de Licitação
5. A empresa impugnante é pessoa jurídica e apresentou a peça impugnatória dentro do prazo legal para impugnar a Edital. Ocorre que a peça impugnatória foi encaminhada sem a comprovação de que o subscritor tem poderes para representá-la legalmente.
6. Além do mais, a impugnação não foi acompanhada de qualquer documento (procuração, ato constitutivo, contrato social, estatuto, ata de assembleia ou outro instrumento congênere), que pudesse legitimar o subscritor da impugnação, conferindo poderes para representar a empresa ENGECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, perante a Prefeitura de São Gonçalo/RJ. Logo, reputa-se inválido o ato praticado.
7. Em razão do disposto no Código Civil Brasileiro, a pessoa jurídica deve se fazer representada por seus diretores ou administradores, ou ainda por quem detenha poderes de procurador, devidamente outorgados por quem possua competência legal.
8. Portanto, para aferir a legitimidade o representante/procurador deve comprovar a sua condição mediante o contrato social ou procuração, documentos que devem acompanhar a petição dirigida à Administração, sob pena de não ser conhecido o pedido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

9. Tem-se, nesse sentido, as disposições contidas nos artigos do Código Civil, abaixo transcritos:

(...) Art. 47. Obrigam a pessoa Jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

(...) Art. 653. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

(...) Art. 654. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante. (g.n)

12. E dispõe ainda o artigo 138 da Lei n.º 6.404/76:

(...) Art. 138. A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria.

§1º O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da companhia privativa dos diretores. (g.n)

10 Desse modo, a impugnação ofertada, desacompanhada do contrato social ou de instrumento de mandato com poderes específicos ou geral (mas que contemple poderes ao seu signatário para representá-la em licitações), não atende as exigências legais para reconhecimento da condição de representante legal da empresa Impugnante ao senhor JOÃO MARCELO PIRES, CPF n.º 055.001.987-18, subscritor da peça impugnatória.


11 Ademais, a ausência de procuração e contrato social que ateste os poderes de representatividade do subscritor da impugnação não impedir a apreciação da impugnação, não há tempo hábil para diligências, visto que o certame será realizado na próxima segunda-feira dia 14/08.

## CONCLUSÃO

12 *Ex positis*, opinamos pelo não conhecimento da impugnação, em razão do vício de representação.

É o nosso entendimento, salvo melhor juízo.

São Gonçalo, 11 de agosto de 2023.

  
THAIS GOMES  
Presidente da CPI  
Matrícula 117.344